INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA

Escola Superior de Altos Estudos

INDICADORES DE RESILIÊNCIA EM ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS

O Papel da Vinculação aos Pares, aos Professores e aos Funcionários da Instituição

SANDRA MARGARETE DE CARVALHO INÁCIO

Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica

Ramo de Especialização em Psicologia Forense

Coimbra, 2015

Indicadores de Resiliência em Adolescentes Institucionalizados:

O Papel da Vinculação aos Pares, aos Professores e aos Funcionários da Instituição

SANDRA MARGARETE DE CARVALHO INÁCIO

Dissertação Apresentada ao ISMT para Obtenção do Grau de

Mestre em Psicologia Clínica com Especialização em Psicologia Forense

Orientador: Professor Doutor Carlos Farate

Coimbra, Setembro de 2015

Agradecimentos

Difícil é agradecer a todas as pessoas que, directa ou indirectamente, partilharam as suas experiências e saberes para me ajudar a chegar ao fim desta caminhada, que é a elaboração desta dissertação de Mestrado. Apesar do espaço ser exíguo e a memória me poder atraiçoar agradeço, em primeiro lugar, a todas as pessoas e instituições que tornaram possível a elaboração desta investigação.

Ao Professor Doutor Carlos Farate, pelo apoio incondicional, pela confiança e estímulo persistente, tendo constituído uma fonte inspirada de saber.

À Mestre Alexandra Lino, pela disponibilidade constante, e pela crítica aberta que permitiu desbravar caminhos na reflexão e no aprofundamento das metas a que nos propusemos.

À Professora Doutora Luiza Nobre Lima, pela amabilidade com que cedeu o instrumento sobre a resiliência que tornou este estudo possível, e pela disponibilidade em esclarecer quaisquer dúvidas relativas ao mesmo.

Aos adolescentes que residem nas instituições inquiridas, pelo seu contributo pessoal e por tornarem possível a feitura desta dissertação.

Ao Célio Lisboa, à Maria Santos e à senhora Emília Vilela, agradeço por todo carinho e dedicação.

Aos meus pais e às minhas irmãs, um agradecimento especial pelos apoios sempre presentes e sempre disponíveis.

Agradeço, de igual modo, ao meu marido pela compreensão e apoio incondicional que sempre me proporcionou ao longo deste tempo.

Os meus agradecimentos especiais aos meus filhos, Elmer Jorge e Tiago Alexandre, por todo amor e carinho, pelos incentivos permanentes, pela paciência e por tudo que partilhamos.

A todos,

o meu Profundo e Eterno agradecimento!

Aos meus filhos…

Resumo

Ser resiliente implica ser capaz de adaptar positivamente a contextos de grande adversidade. Esta capacidade depende de múltiplos fatores (individuais, relacionais e contextuais) cuja mobilização se encontra dificultada entre os adolescentes cujo desenvolvimento ficou comprometido pela experiência de maus-tratos. Quando protegidos pelo acolhimento institucional, é nos pares, nos professores e nos funcionários da instituição que estes adolescentes encontram o cuidado, o suporte e o encorajamento de que necessitam, e que tanto pesa sobre o seu bem-estar. Foi, assim, objetivo deste estudo examinar o papel que a qualidade da vinculação aos pares, professores e funcionários da instituição desempenha na promoção da resiliência em adolescentes institucionalizados. Os dados foram recolhidos junto de 45 adolescentes (18 rapazes e 27 raparigas), com idades compreendidas entre os 10 e os 20 anos, em regime de acolhimento institucional prolongado. Para o efeito foram utilizados um breve questionário sociodemográfico, o *Child and Youth Resilience Measure* – 28 – versão para Jovens (Liebenberg, Ungar & Van de Vijver, 2012; versão portuguesa Ferreira & Nobre-Lima, 2013), o *Inventory of Parent and Peer Attachment Revised* (Armsden & Greenberg, 1987; versão portuguesa Figueiredo & Machado, 2008) – versão para Pares e Professores – e o Questionário de Ligação aos Professores e Funcionários (Mota & Matos, 2005). Ainda que tenham sido encontradas correlações significativas entre a resiliência e cada uma das variáveis em estudo, a percepção de vinculação aos pares e aos funcionários da instituição sobressaem como as variáveis que melhor explicam a resiliência nestes adolescentes, em particular nos rapazes. Já nas raparigas, a única variável que parece explicar a resiliência é a percepção de vinculação aos funcionários da instituição. A discussão explora estes resultados em termos do seu significado e implicações práticas.

Palavras-chave: resiliência, vinculação aos pares, vinculação aos professores, vinculação aos funcionários da instituição, adolescentes institucionalizados

Abstract

Being resilient implies the ability to positively adapt to contexts of great adversity. This ability depends on a variety of factors (individual, relational and contextual) that are mostly non operative among the adolescents whose development was compromised by maltreatment. When protected by residential care these adolescents rest on peers, teachers and residential caregivers to find the care, support and encouragement they need to improve their sense of wellbeing. Therefore, the aim of this study was to examine how attachment to peers, teachers and residential caregivers can contribute to foster resilience in institutionalized adolescents. Data was collected from a sample of 45 adolescents (18 boys and 27 girls), aged between 10 and 20 years old, under extended placement in an institution. The PI is composed by a brief social-demographic questionnaire, the Child and Youth Resilience Measure – 28 – Youth version (Liebenberg, Ungar & Van de Vijver, 2012, Portuguese version Ferreira & Nobre-Lima, 2013), the Inventory of Parent and Peer Attachment Revised (Armsden & Greenberg, 1987; Portuguese version Figueiredo & Machado, 2008) – Peers and Teacher's version – and the Questionnaire of the Affective Relationship with Teachers and Employees (Mota & Matos, 2005). Although findings showed significant correlations between resilience and each one of the variables in study, the perception of attachment to peers and residential caregivers stood out as the most correlated variables to resilience among these adolescents, mainly among the boys. Conversely, the only variable that seems to explain resilience among girls is the perception of attachment to residential caregivers. The discussion explores the possible meaning and practical implications of these findings.

Keywords: resilience, peer attachment, teacher attachment, residential caregiver's attachment, institutionalized adolescents

Índice

Introdução…….....1

Risco e proteção na infância e na juventude…….....1

Acolhimento institucional……..2

Resiliência …….……3

Resiliência em adolescentes institucionalizados……..…..4

Vinculação na adolescência: construindo relações significativas……..…6

A importância da escola e da relação com os professores…….…7

O grupo de pares……8

Relações significativas com os funcionários da instituição……...…..10

Metodologia……..…..12

Tipo de estudo……..12

Participantes……12

Procedimentos……..…13

Instrumentos psicométricos……..14

Questionário sociodemográfico……..…..14

The Child and Youth Resilience Measure– Youth version (CYRM-28)…….14

Inventário de Vinculação na Adolescência (IPPA-R)……..…14

Questionário de Ligação aos Professores e Funcionários (QLPF)…….…..15

Análise estatística…….…16

Resultados……..…….16

1. Análise da resiliência…….....16
2. Relações entre a resiliência e a vinculação aos pares, aos professores e aos funcionários da instituição……....18

2.1. Efeito preditor da vinculação aos pares, aos professores e aos funcionários da instituição sobre a resiliência……..……..19

Discussão e conclusões……...……21

Bibliografia……...…..24

Anexos

Introdução

Risco e proteção na infância e na juventude

Segundo a Lei nº147/99 de 1 de Setembro, uma criança em risco é aquela cujo bem-estar está comprometido ou ameaçado, pondo em causa o seu desenvolvimento integral, e exigindo a adoção de medidas de promoção e proteção. A ameaça ao bem-estar resulta, por sua vez, da ação ou omissão dos pais ou representante legal, ou de quem detenha a guarda de facto, abrangendo situações diversificadas como o abandono, maus tratos físicos e psíquicos, abuso sexual, negligência, e exploração ou trabalho infantil (Delgado, 2011).

Os maus-tratos podem, então, ser definidos como uma qualquer forma de tratamento físico e/ou emocional, não acidental e inadequado, resultante de disfunções e/ou carências nas relações entre crianças ou jovens e pessoas mais velhas, no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder (Barudy, 1998). De acordo com o mesmo autor, estes podem manifestar-se através de comportamentos ativos (físicos, emocionais ou sexuais) ou passivos (omissão ou negligência nos cuidados e/ou afetos). Pela maneira reiterada como geralmente acontecem, privam o menor dos seus direitos e liberdades, afetando, de forma concreta ou potencial, a sua saúde e o seu desenvolvimento físico, psicológico e social (Magalhães, 2004).

Por ocorrerem dentro do contexto familiar, envolvendo figuras de vinculação, a vulnerabilidade da criança/jovem à violência, bem como o impacto negativo da experiência, tende a ser maior (Sani, 2013). Neste sentido, a prevenção dos maus-tratos constitui uma prioridade, sendo essencial adaptar os programas de prevenção às características individuais de todos os intervenientes (pais, menores e relações familiares), bem como aos tipos de interações e redes sociais (Magalhães, 2004). É neste âmbito que surge a Lei de Promoção e Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº 147/99, de 1 de Setembro), enquanto legislação que estabelece um conjunto de medidas que visam a proteção do desenvolvimento destas crianças e jovens, podendo estas ser executadas em meio natural de vida ou em regime de colocação, sendo que a sua aplicação é da competência exclusiva das Comissões de Proteção e dos Tribunais (Ramião, 2010). São elas (1) Apoio junto dos pais, (2) Apoio junto de outro familiar, (3) Confiança a pessoa idónea, (4) Apoio para a autonomia de vida, (5) Acolhimento familiar, (6) Acolhimento em Instituição e (7) Confiança a pessoa selecionada para adopção ou a instituição com vista a futura adoção.

No presente trabalho apenas se dará ênfase às medidas de colocação, nomeadamente o acolhimento institucional, uma vez que abrangem os menores em perigo onde se insere a população alvo deste estudo.

Acolhimento institucional

O acolhimento institucional surgiu em Portugal, tal como em muitos países, como uma resposta a situações de pobreza, abandono de crianças, comportamentos desviantes, bem como para acolher estudantes com poucos recursos oriundos de meios rurais. Este acolhimento pode ser de curta duração (por um período não superior a 6 meses) ou prolongado (com duração superior a 6 meses), e consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente, bem como de uma equipa técnica que lhe garanta cuidados adequados às suas necessidades e condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento íntegro. Apesar de ser considerada como um último recurso face à inviabilidade ou insucesso na aplicação de outras medidas é, ao mesmo tempo, a medida de promoção e proteção com maior expressão em Portugal (Martins, 2005).

As crianças e jovens que chegam as instituições vítimas de maus tratos, abandono e negligência cresceram, não raro, em famílias desagregadas. A colocação na instituição implica, assim, uma adaptação ao novo meio, em que a criança procura afeto, contenção física e emocional, e autoridade protetora (Strecht, 1998). Neste campo, a investigação tem demonstrado que a institucionalização pode configurar não só uma oportunidade para criar laços mais seguros, conter angústias e construir uma identidade pessoal, mas também um risco para o desenvolvimento de sintomas depressivos, problemas emocionais e comportamentais, e atrasos no desenvolvimento, sendo marcada por fortes sentimentos de perda e separação (Alberto, 2002).

De facto, nos últimos 20 anos, muitos dos estudos realizados com crianças institucionalizadas desde tenra idade demonstraram que, por comparação aos seus pares não institucionalizados, estas tendem a apresentar défices no crescimento e no desenvolvimento cognitivo, mais problemas de comportamento, problemas atencionais e dificuldades na relação com os pares (MacLean, 2003). Em Portugal, estudos recentes com crianças institucionalizadas precocemente também apontam para um atraso significativo no crescimento físico, défices no desenvolvimento cognitivo, comportamentos socioemocionais perturbados e um temperamento difícil (Pereira et al., 2010; Soares et al., 2010).

Apesar disto, o acolhimento institucional não deixa de apresentar um conjunto de vantagens que o diferenciam de outros cuidados, pois existem menos rupturas e adaptações sem sucesso do que em outros tipos de colocação, constitui um contexto mais organizado e estruturado com limites definidos, a vivência em grupo facilita o desenvolvimento de laços com pares e adultos, promove a interiorização de valores bem como o desenvolvimento de sentimentos de pertença, cooperação e o desenvolvimento da própria identidade (Zurita e Fernando del Valle, 1996; citado por Martins, 2006). É, para muitos, o local onde encontram pela primeira vez a atenção e o carinho de que necessitam, bem como a convivência e a bondade, e onde aprendem a refletir sobre os seus atos e suas consequências, e o significado do valor, esforço e recompensa (Delgado, 2006).

Resiliência

Definida por Luthar, Cicchetti e Becker (2000) como ”um processo dinâmico que tem como resultado a adaptação positiva em contextos de grande adversidade” (p. 543), a resiliência pode ser entendida como a capacidade de transformar uma situação de adversidade numa situação de socialização bem-sucedida por parte do individuo (Cyrulnik, 2003). Por outras palavras, trata-se da capacidade de saber onde, como e quando colocar as energias pessoais de forma a melhorar as coisas, e como pedir ajuda nesse sentido (Daniel, 2008).

Outrora concebida como um traço meramente individual (Bonanno, 2004), a investigação mais recente tem demonstrado que a resiliência resulta do equilíbrio dinâmico entre diversos fatores que compõem o meio ambiente do sujeito: são eles fatores pessoais, biológicos e ambientais (Herrman et al., 2011). De acordo com os autores, os fatores pessoais incluem variáveis tais como traços de personalidade, *locus* de controlo interno, percepção de auto-eficácia, auto-estima, optimismo, capacidade de autorregulação emocional, recursividade, flexibilidade e adaptabilidade, entre outros. Os fatores biológicos referem-se, por sua vez, ao impacto do ambiente no desenvolvimento da estrutura, e ao funcionamento e maturação cerebral. O suporte social, a relação com a família e os pares, bem como fatores da comunidade (nomeadamente a cultura, o desporto, a espiritualidade e a religião) constituem os fatores ambientais.

Davydov e colaboradores (2010) propõem, ainda, uma perspetiva ecológica da resiliência, afirmando que esta emerge da complexa interação entre forças de vários níveis, incorporando a herança genética do sujeito, as reações entre os genes e o ambiente, o efeito

das experiências de vida positivas e negativas, o impacto dos contextos sociais em que o sujeito se insere, bem como a cultura subjacente a esses contextos.

A resiliência é vista como um elemento importante na manutenção e promoção da saúde mental em crianças e adolescentes, bem como um elemento que ajuda a diminuir as potenciais ameaças ao bem-estar ao longo do tempo e das transições (Khanlou & Wray, 2014). Enquanto conceito que se foca sobretudo nas forças do sujeito, Khanlou e Wray (2014) consideram que a resiliência pode ser entendida de três modos distintos: (1) um *processo* que se desenvolve ao longo do tempo e que depende das interacções entre os sistemas envolvidos; (2) um *continuum*, em que o que varia é a parte do contínuo da resiliência em que a pessoa se encontra, dependendo dos sistemas de suporte disponíveis e dos desafios enfrentados ao longo do tempo; e como (3) *algo global ou especifico*, podendo ser experimentada como um processo global que se estende a vários domínios da vida do sujeito, ou a processos mais específicos, tais como a resiliência académica, resiliência social, entre outros.

Resiliência em adolescentes institucionalizados

Muitos dos primeiros estudos acerca da resiliência focaram-se nas adversidades na infância, nomeadamente a exposição a diversas formas de maus-tratos (Herrman et al., 2011), entre os quais os maus-tratos físicos, emocionais, o abuso sexual e a negligência. A este respeito a investigação tem demonstrado que, por comparação aos seus pares não maltratados, crianças maltratadas tendem a apresentar défices ao nível da capacidade de autorregulação emocional, do desenvolvimento de relações de vinculação seguras, da construção da sua autonomia, das relações entre pares, da adaptação escolar, bem como ao nível do desenvolvimento, funcionamento, e maturação cerebral (Cicchetti & Toth, 2005). O facto de, muitas vezes, se associarem vários tipos de agressão na mesma criança, contribui para um agravamento destas dificuldades (Canha, 2002).

Contudo, apesar de existir um risco elevado de mal adaptação e do desenvolvimento de psicopatologia em crianças com historial de maus-tratos, a verdade é que nem todas as crianças maltratadas evidenciam trajetórias desenvolvimentais negativas (Cicchetti & Toth, 2005). Neste sentido, e ao longo do tempo, vários foram os estudos realizados com o intuito de compreender os diversos mecanismos que influenciam a capacidade de resiliência destas crianças e adolescentes, e como promover essa capacidade, de modo a construir trajetórias desenvolvimentais mais adaptativas.

Num estudo cujo objetivo era avaliar o contributo da regulação emocional para a resiliência em crianças expostas a múltiplas adversidades (incluindo maus tratos), Curtis e Cicchetti (2007) encontraram evidência de que a regulação emocional contribui significativamente para predizer a capacidade de resiliência, sobretudo em crianças maltratadas. Segundo Gardner e colaboradores (2008) a autorregulação, em particular o controlo da atenção e do comportamento, pode ainda configurar-se como fator protetor relativamente ao comportamento antissocial, bem como uma fonte de resiliência no contexto da influência negativa dos pares na adolescência.

Lansford e colaboradores (2006) conduziram, por sua vez, um estudo longitudinal que pretendia explorar os principais efeitos dos fatores de proteção e de vulnerabilidade específicos nas trajetórias de problemas de internalização e externalização (nomeadamente enviesamentos de atribuição hostil, variáveis relacionadas com a parentalidade, competência social primária e perigo da vizinhança, e nível socioeconómico e *stress* familiar), bem como o seu efeito moderador, em crianças que haviam ou não sido abusadas fisicamente após os primeiros 5 anos de vida. Os principais resultados demonstraram que: (1) em ambos os grupos, as decisões parentais unilaterais correlacionaram-se significativamente com um aumento do comportamento externalizante (contudo, em crianças maltratadas este efeito é maior); (2) crianças maltratadas que vivem num *stress* familiar muito grande apresentam um maior número de problemas de internalização; (3) em crianças maltratadas fisicamente verificou-se existir uma correlação negativa entre as atribuições hostis e os problemas de internalização, sugerindo que quanto maiores forem as atribuições hostis, menores os problemas de internalização. Parece que, em crianças maltratadas fisicamente, fazer atribuições hostis pode configurar uma estratégia adaptativa para as afastar de problemas de internalização, embora não de externalização (Lansford et al., 2006). Biologicamente, Cicchetti e Rogosh (2007) demonstraram ainda que, em crianças abusadas fisicamente, níveis elevados de cortisol se associam a um funcionamento mais resiliente.

Não obstante, e numa revisão da literatura, Afifi e colaboradores (2011) identificaram três fatores que podem atuar como protetores da resiliência após os maus tratos: fatores individuais (traços de personalidade, características pessoais, capacidade intelectual e estratégias de *coping*), familiares (relações de suporte, estabilidade nos cuidados, relações parentais) e comunitários (relações entre pares, relações não familiares, religião, entre outros). De entre estes, os fatores familiares sobressaem como aqueles mais consistentemente relacionados com a resiliência na infância e na adolescência, após os maus tratos.

Para Walsh e colaboradores (2010, citado por Afifi et al., 2011), a resiliência em crianças maltratadas está presente quando estas demonstram uma variedade de competências em diversas áreas de funcionamento (tais como competências comportamentais, emocionais, sociais e académicas). Assim, promover a capacidade de resiliência poderá exigir uma intervenção que compreenda os seguintes aspetos: (a) construir um ambiente para aprendizagem seguro e previsível, (b) estabelecer regras e limites razoáveis, (c) fazer corresponder a disciplina à necessidade, (d) utilizar consequências lógicas e naturais, (e) providenciar apoio na resolução de problemas que previram problemas de comportamento, e (f) treinar competências sociais (Lowenthal, 2001). Em crianças entregues ao cuidado institucional, poderá ser ainda importante reduzir a vulnerabilidade e o risco, reduzir o número de *stressores* e a sua acumulação, aumentar os recursos disponíveis, mobilizar os processos de proteção, e promover ramificações da resiliência, para que melhorias num domínio tenham um efeito positivo no outro (por exemplo, base segura, educação, amizades, talentos e interesses, valores positivos e competências sociais) (Masten, 1994; citado por Daniel, 2008).

A pesquisa acerca da resiliência enfatiza o papel das relações positivas na promoção da autoconfiança e do bem-estar (Daniel, 2008). Para muitos jovens entregues ao cuidado residencial, a relação com os funcionários é a chave para a eficácia das estratégias de intervenção, não só devido ao seu importante papel na criação de um ambiente de mútuo respeito e de cuidado, mas também enquanto modelos adultos (Daniel, 2008). O mesmo é válido para as relações com os professores e com os pares, definidas por Stokholm (2009) como duas principais fontes de formação identitária nos jovens em acolhimento.

Vinculação na adolescência: construindo relações significativas

Em geral, a adolescência pode ser entendida como um período do ciclo de vida caracterizado por diversas mudanças ao nível emocional, cognitivo e comportamental. Na perspetiva da vinculação é, ao mesmo tempo, um período de transição entre as vinculações da infância (estabelecidas com os principais cuidadores) e as ligações afetivas adultas que vão para além das relações familiares (Jongenelen et al., 2009). Para o sucesso desta transição muito contribui a qualidade das relações estabelecidas desde a infância, não só com os principais cuidadores, mas também com outros familiares, vizinhos, professores e colegas de escola.

Embalados no colo de uma vinculação insegura, adolescentes que experienciaram maus-tratos tendem a ter inúmeras dificuldades na construção de relações positivas com os outros (Cicchetti & Toth, 2005). Sabe-se, no entanto, que ter amizades bem-sucedidas na escola e um contacto frequente com um adulto significativo, que atua como mentor e que oferece suporte e encorajamento constante, influencia significativamente o bem-estar psicológico e o sucesso educacional destes jovens (Jackson & Martin, 1998).

A importância da escola e da relação com os Professores

Em muitos aspectos, o ambiente escolar pode ser uma fonte rica em factores promotores de resiliência, na medida em que nele se encontram modelos adultos positivos, adultos interessados e encorajadores, um sem número de realizações e sucessos, identificação de talento, bem como uma rotina previsível e segura (Rutter, 2006; Sheperd et al., 2010; citado por Emond, 2014). Neste campo, a relação com os professores pode ser particularmente protetora, na medida em que estes têm um papel chave enquanto confidentes, mentores, e guardiães do bem-estar das crianças (Gilligan, 1998; citado por Gilligan, 2000).

De facto, muita da investigação realizada tem avançado com a noção de que ter relações próximas com os professores poderá providenciar às crianças o suporte emocional e a sensação de segurança que encoraja a adopção de comportamentos mais positivos, pondo de parte comportamentos de afastamento e rejeição em contextos sociais (Connor, Collins & Supplee, 2012). Na infância, estudos demonstram que a qualidade da vinculação aos professores influencia o autoconceito académico (Verschueren, Doumen & Buyse, 2012) e pessoal (Cugmas, 2007), o comportamento na escola (Demanet & VanHoutte, 2012) e a competência social (Mitchell-Copeland, Denham & DeMulder, 1997). Adicionalmente, os resultados de uma investigação realizada por Mitchell-Copeland e colaboradores (1997) sugerem ainda que a segurança da vinculação a um professor pode compensar parcialmente uma relação insegura entre a criança e a mãe. Nestas crianças, em particular, foram encontrados níveis mais elevados de competência social, comportamento pró-social e uma maior emocionalidade positiva, do que em crianças que apresentavam uma vinculação insegura quer à mãe, quer aos professores.

Na adolescência, por sua vez, a maioria dos estudos sugere que, à semelhança do que acontece com os pais, os professores podem ter tanta influência na motivação e no comportamento dos alunos nas aulas (Wentzel, 2002). A este respeito, verificou-se que enquanto as expectativas elevadas em relação aos alunos era o preditor mais

consistentemente positivo dos objetivos e interesses dos alunos, o *feedback* negativo era, por sua vez, o preditor mais consistentemente negativo da realização académica e do comportamento social (Wentzel, 2002). Comparando o suporte percebido pelos pais e amigos ao dos professores, os últimos parecem predizer de forma única o interesse nas aulas e a perseguição dos objetivos em direção a uma maior responsabilidade social (Wentzel, 1998; citado por Wentzel, 2002). Não obstante, uma relação mais positiva com os professores nesta idade, parece, ainda, relacionar-se com o emprego ativo de estratégias de coping (Zimmer-Gembeck & Locke, 2007), sendo que a confiança nos professores medeia a relação entre a disciplina e a cooperação e os comportamentos de desafio (Gregory & Ripski, 2008). Tais estudos suportam, em geral, a ideia de que para os adolescentes, a segurança emocional percebida nas relações com os professores, bem como a utilização destes enquanto suporte emocional e escolar, se encontra associada com um maior sentido de controlo, autonomia, e envolvimento na escola (Ryan, Stiller & Lynch, 1994).

Ainda que as suas vivências sejam, em muitos aspetos, significativamente diferentes da generalidade dos seus pares, a importância dos professores e da escola não difere no caso das crianças e jovens institucionalizados. Para estes, em particular, a ligação aos professores é um preditor direto da qualidade das relações estabelecidas com os pares e, de forma mais indirecta, do desenvolvimento de competências como a empatia e a assertividade (Mota & Matos, 2010). Segundo as autoras a qualidade da relação com os professores pode, inclusive, assumir contornos compensatórios, especialmente em adolescentes cujos contextos apresentam graus de risco consideráveis.

O grupo de pares

As relações entre pares na infância e na adolescência têm uma grande importância ao nível social e emocional, tendo a capacidade de influenciar as trajetórias desenvolvimentais ao longo da vida (Gorrese & Ruggieri, 2012). Sabe-se, no entanto, que a segurança das relações estabelecidas nesta fase dependerá, largamente, da qualidade das relações estabelecidas na infância com os principais cuidadores (Gorrese & Ruggieri, 2012; Laible, Carlo & Raffaelli, 2000; Wilkinson, 2004).

Os maus-tratos são, reconhecidamente, um fator de risco na vida das crianças e adolescentes, na medida em que deles decorrem consequências negativas para o seu desenvolvimento, e que contribuem para a emergência de trajetórias inadaptativas. No que respeita às relações entre pares, em particular, vários estudos têm demonstrado que a

negligência infantil favorece a rejeição pelos pares e a violência, tendo estas crianças maior probabilidade de serem rejeitadas pelos pares no início da adolescência, bem como de se tornarem violentos mais tarde na adolescência (Chapple, Tyler & Bersani, 2005). Do mesmo modo, a cronicidade, a frequência e o início precoce do maltrato, em particular o abuso físico e sexual, potenciam problemas no ajustamento da criança, parecendo ainda aumentar os efeitos negativos de determinados tipos de maltrato (Bolger, Patterson & Kupersmidt, 1998). Um outro estudo de Manso e colaboradores (2011) menciona, ainda, os níveis elevados de dificuldades de adaptação pessoal e social apresentado por estas crianças quando entregues ao cuidado institucional.

Examinando as relações entre pares à luz dos padrões de vinculação estabelecidos na infância, tal como foram definidos por Mary Ainsworth[1], Allen e Land (1999, citados por Atwool, 2006) descrevem as possíveis repercussões de tais padrões na segurança das relações estabelecidas na adolescência. Assim, um padrão de vinculação evitante propicia o desenvolvimento de relações superficiais com os pares, podendo ser ativado algum comportamento mais agressivo nas relações de intimidade, uma vez que a experiência passada ensinou os jovens que não podem confiar em ninguém, principalmente naqueles que lhes são mais próximos. Por sua vez, e de acordo com os mesmos autores, um padrão de vinculação ambivalente/resistente poderá fazer com que os jovens se envolvam em relações intensas e explosivas com as figuras de vinculação. Apesar de desejarem a proximidade nas relações com os pares e outros significativos, o medo da rejeição pode fazer com que afastem os outros de si.

Neste sentido, a dificuldade no estabelecimento de relações com os pares nestas crianças e adolescentes pode ser explicada pela dificuldade em desenvolver um modelo de igualdade e confiança quando as experiências passadas envolveram a exploração, submissão ou violação da confiança (Mueller & Silverman, 1989). Embora os adolescentes tenham uma

[1] Numa experiência conhecida como *Situação Estranha* (Ainsworth et al., 1978), que consistia em observar as reações do bebé perante a presença/ausência materna, foram identificados os seguintes padrões de comportamento:

1. *Seguro*: o bebé chora e protesta quando a mãe sai, mas recebe-a com alegria. A mãe é utilizada como uma base segura à qual o bebé recorre em busca de conforto quando ansioso.

2. *Inseguro-evitante*: o bebé raramente chora na ausência da mãe e reage ao seu regresso com evitamento. Existem poucas manifestações de afeto ou ansiedade na presença da mãe, sendo que o bebé não a procura quando necessita de conforto.

3. *Inseguro-ambivalente*: o bebé fica ansioso mesmo na presença da mãe e extremamente perturbado na sua ausência. Quando a mãe regressa o comportamento do bebé e ambivalente, procurando e resistindo simultaneamente ao contato com ela. Demonstra também alguma dificuldade em ser acalmado.

lista interminável de pedidos, de queixas, e de expressões verbais que necessitam explicitar, há um bloqueio emocional na capacidade comunicativa, bem como um total desconhecimento de formas de comunicação exteriores às recebidas no seio social e familiar próximo, impedindo-os de verbalizar os seus pensamentos e opiniões (Planella, 1997). Então, com frequência, e face a situações criticas, a violência é a resposta dada, sendo o seu principal recurso comunicativo (Planella, 1997). Não é, por isso, de admirar que tantos jovens reportem serem maltratados pelos seus pares na instituição (Barter, 2003).

Contudo, e apesar destas dificuldades relacionais, o papel protetor das relações entre pares está bem documentado pela comunidade científica. Sabe-se, assim, que para algumas crianças maltratadas, a qualidade e a reciprocidade da amizade encontram-se associadas com um aumento da auto-estima ao longo do tempo (Bolger, Patterson & Kupersmidt, 1998). Mota e Matos (2010) demonstraram também que "adolescentes institucionalizados que sentem proximidade nas relações com os pares estão mais capazes de expressar as suas ideias e sentimentos e sentimentos, envolvendo-se de forma positiva e empática na relação com os demais" (p. 251), potenciando o desenvolvimento de competências sociais nestes jovens.

Ademais, e em consequência do abuso e da negligência experienciados na família, o grupo de pares acaba muitas vezes por substituir os parentes mais próximos e a influência adulta no que respeita ao suporte emocional e ao sentido de estatuto e valor pessoal (Shaw & Frost, 2013). São, ao mesmo tempo, e com frequência, a única relação escolhida e livre que estas crianças e jovens experienciam (Emond, 2014), sendo centrais na sua experiência de acolhimento, bem como uma importante fonte de suporte durante a institucionalização (Emond, 2003; Nobre-Lima, 2009).

Relações significativas com os funcionários da instituição

Não tendo sido encontrados muitos estudos que abordem em pormenor a importância de uma vinculação segura entre os adolescentes que residem nas instituições e os seus funcionários, sabe-se, no entanto, que estes assumem um papel de extrema relevância enquanto cuidadores. Longe da família, estes adolescentes necessitam de ter alguém em quem possam confiar, alguém que esteja preparado para lhes dar uma atenção especial e confortá-los em momentos de maior necessidade (Kahan, 1994). Nesta tarefa que é proteger o bem-estar destes jovens, a autora refere que os funcionários das instituições acabam por assumir muitas vezes um papel parental, quer no suporte, quer na monitorização constante e na comunicação.

À semelhança do que acontece no seio familiar, as qualidades dos cuidadores nas instituições influenciam muito o tipo de relação que é estabelecido com os jovens (Bakermans-Kranenburg et al., 2011), sugerindo que estas relações podem, por um lado, prevenir o comportamento de risco e, por outro, estimulá-lo (Shaw & Frost, 2013). No entanto, quando bem-sucedidas, estas relações têm o potencial para fomentar a aceitação do acolhimento por parte dos jovens, reforçando o sentimento de pertença e desenvolvendo o seu processo resiliente (Mota & Matos, 2008). Como demonstrado por Mota e Matos (2010), uma boa qualidade de ligação aos funcionários da instituição encontra-se associada a uma melhor qualidade no desenvolvimento da autoconfiança, perseverança e serenidade, sentido da vida e autossuficiência por parte dos jovens. Permite-lhes, ainda, um senso de maior consistência interna e segurança nas relações, o que é protetor face ao risco (Mota & Matos, 2008).

Com o objetivo de preencher uma lacuna na investigação em Portugal, Santos (2013) procurou dar "voz" às crianças e jovens em acolhimento, e perceber o modo como estes estabelecem relações de vinculação com os cuidadores na instituição. Na sua análise, verificou que o sucesso destas relações depende de fatores como a compreensibilidade, confiabilidade e a disponibilidade para os ajudarem quando necessitam. Espelhando o afeto e o carinho que sentem relativamente a estas figuras em cada uma das suas palavras, os adolescentes evidenciaram a capacidade destas para os ajudar a enfrentar os afetos gerados pela aprendizagem da independência, num ambiente que pode ser "verdadeiramente reparador de situações traumáticas que a criança vivenciou no passado" (p.26).

O estudo que em seguida se apresenta decorre, então, da necessidade de compreender em maior detalhe os fatores que contribuem para a promoção da resiliência em diversos contextos, em particular os mais adversos. O principal objetivo deste estudo é a identificação dos indicadores de resiliência em adolescentes institucionalizados, em particular o papel que a qualidade da vinculação aos pares, aos professores e aos funcionários da instituição desempenha para esse fim. São estabelecidas as seguintes hipóteses de trabalho para este estudo:

- H1: A capacidade de resiliência é tanto mais elevada quanto mais segura é a perceção da vinculação aos pares, aos professores e aos funcionários da instituição;

- H2: A qualidade da perceção dos comportamentos de vinculação aos pares está particularmente associada ao desenvolvimento de uma boa capacidade de resiliência entre os adolescentes institucionalizados em estudo;
- H3: A capacidade de resiliência é ainda influenciada por outras variáveis sociodemográficas, tais como a idade dos jovens, o género e a idade da primeira institucionalização.

Metodologia

Tipo de estudo

Trata-se de um estudo empírico quantitativo em corte transversal e de tipo descritivo-correlacional.

Participantes

A amostra deste estudo foi recolhida voluntariamente junto dos adolescentes, tendo-lhes sido garantido o anonimato e a confidencialidade das suas respostas. Apesar de reduzida, a amostra que em seguida se caracteriza é uma amostra de conveniência que se adapta aos objetivos deste estudo empírico.

A amostra é, assim, composta por 45 adolescentes, com idades compreendidas entre os 10 e os 20 anos de idade (M=15.33; DP=2.46), na sua maioria do género feminino (60%), em regime de acolhimento institucional prolongado. Desta amostra, 53.3% dos adolescentes foram institucionalizados antes dos 11 anos. Verifica-se, ainda, que a maioria dos adolescentes tem contacto periódico com a família (93.3%), e que 48.9% tem inclusive irmãos a viver consigo na instituição.

Quadro 1
Caracterização da amostra

	N= 45	
	n	%
Género		
Masculino	18	40
Feminino	27	60
Idade		
10	1	2.2
11	3	6.7
12	4	8.9
13	3	6.7
14	3	6.7
15	6	13.3
16	9	20
17	9	20
18	4	8.9
19	1	2.2
20	2	4.4
Idade primeira institucionalização		
2-10 anos	24	53.3
11-17 anos	21	46.7
Contacto com a família		
Sim	42	93.3
Não	3	6.7
Irmãos a viver na instituição		
Sim	22	48.9
Não	23	51.1

Procedimentos

A seleção da amostra foi realizada através de um pedido de colaboração formal (Anexo 1), entregue pessoalmente aos respetivos Diretores das diversas instituições, com o intuito de agilizar o processo. No total foram obtidos 3 pareceres positivos, tendo-se a investigadora deslocado às respetivas instituições para aplicar o protocolo presencialmente. A recolha dos dados foi realizada entre os dias 28 de Janeiro e 20 de Fevereiro de 2015.

Dadas as características da população em estudo procurou-se, antes de mais, criar uma relação de confiança com os jovens, de modo a envolvê-los na tarefa que lhes ia ser pedida. Depois de explicado o objetivo do estudo, foi-lhes também garantida a possibilidade de esclarecerem quaisquer dúvidas que pudessem ter.

A aplicação do protocolo foi realizada individualmente e em grupo (não mais de 3 elementos de cada vez), em salas isoladas dentro das instituições, onde houvesse o menor número de distratores possível. Nalguns casos houve necessidade de a investigadora ler na íntegra e esclarecer as questões que compunham cada instrumento, devido a dificuldades apresentadas pelos jovens ao nível da compreensão verbal e do conhecimento vocabular.

Recolhida a amostra, procedeu-se à numeração aleatória dos questionários, atribuindo-lhes um número de identificação.

Instrumentos psicométricos

1. **Questionário sociodemográfico**

Com o objetivo de identificar e caracterizar sócio-demograficamente os adolescentes, foi elaborado um breve questionário (Anexo 2) contendo os seguintes aspetos: idade, género, ano de escolaridade, instituição onde reside atualmente, idade da primeira institucionalização, se tem contacto com a família e, por fim, se tem irmãos a viver consigo na instituição.

2. ***The Child and Youth Resilience Measure – 28 – Youth Version*** **(CYRM-28)**

Desenvolvido por Liebenberg, Ungar e Van de Vijver (2012; versão portuguesa Ferreira & Nobre-Lima, 2013), o CYRM-28 (Anexo 3) é um instrumento de autorrelato que mede a resiliência a partir de 28 itens, distribuídos por 3 fatores: Individual, Relacional e Contextual. A estrutura fatorial deste instrumento é ainda composta por subfatores, sendo que o fator Individual é composto por dois subfatores (*Suporte e Competências*), o Relacional por dois subfatores (*Cuidado físico e Cuidado psicológico*) e o Contextual por três subfatores (*Espiritual, Cidadania e Cultural*). Esta escala tem um formato de resposta tipo *Likert* que varia de 1 (*Não é nada verdade*) a 5 (*É muito verdade*).

Tendo em conta os objetivos do presente estudo, as análises foram feitas apenas com recurso à escala total. Para esta, o valor de consistência interna encontrado (α=.91) revela-se bastante satisfatório do ponto de vista estatístico (Pestana & Gageiro. 2008).

3. **Inventário de Vinculação na Adolescência Revisto (IPPA-R)**

O IPPA-R (Figueiredo & Machado, 2008) é um instrumento de autorrelato, construído a partir do *Inventory of Parent and Peer Attachment* elaborado por Armsden &

Greenberg (1987), que avalia separadamente a qualidade da vinculação dos adolescentes aos pais, pares e professores.

Uma vez que o presente estudo apenas pretende avaliar a qualidade da vinculação aos pares e aos professores, os sujeitos apenas responderam aos itens que compunham as escalas *Pares* (Anexo 4) e *Professores* (Anexo 5). Cada uma destas subescalas é composta por 25 itens, com formato de resposta tipo Likert de 5 pontos (variando desde o *Nunca verdadeira* ao *Sempre verdadeira*), distribuídos por 3 fatores: Comunicação e Proximidade Afectiva (compreensão, qualidade da comunicação verbal), Aceitação Mútua e Compreensão (respeito e confiança mútua), e Afastamento e Rejeição (detectando sentimentos de isolamento).

O valor de consistência interna encontrado para cada uma das escalas (α=.86) indica que estas configuram uma boa medida da vinculação (Pestana & Gageiro, 2008).

4. Questionário de Ligação aos Professores e Funcionários (QLPF)

Tendo por base o quadro teórico de Bowlby, o *Questionário de Ligação aos Professores e Funcionários* (Mota & Matos, 2005) avalia a qualidade das ligações a figuras significativas de afeto significativas para além das figuras parentais, nomeadamente aos professores e aos funcionários da escola e da instituição onde vivem. Este questionário (Anexo 6) é um instrumento de autorrelato, composto por 28 itens em resposta tipo Likert, variando de 1 (*Discordo Totalmente*) a 6 (*Concordo Totalmente*).

Inicialmente construído para avaliar a qualidade da ligação aos professores e funcionários da escola em adolescentes oriundos de famílias intactas e divorciadas, foram acrescentados novos itens para os funcionários das instituições, de modo a poder avaliar a qualidade das ligações em adolescentes institucionalizados. Deste modo, a estrutura do instrumento encontra-se dividida em dois componentes: por um lado os funcionários da instituição e, por outro, os professores e funcionários da escola.

Tendo em conta os objetivos definidos para o presente estudo, a análise deste instrumento debruçou-se apenas sobre a qualidade da ligação aos funcionários da instituição. Ainda que, posteriormente à aplicação dos questionários, se tenha percebido faltar um item relativo a esta subescala no questionário enviado pelas autoras, o valor de consistência interna encontrado para este estudo (α=.92) justificou a continuidade das análises.

Análise estatística

Depois de recolhidos os dados foram, posteriormente, inseridos no programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 22.0, procedendo-se à sua análise através de diversos procedimentos estatísticos:

a) Estatísticas descritivas de tendência central e dispersão;
b) Cálculo do *Alpha de Cronbach* para o estudo das consistências internas;
c) Cálculo do coeficiente de *Pearson* ou *Spearman* para o estudo das correlações, dependendo do cumprimento ou incumprimento dos pressupostos para o uso de estatística paramétrica;
d) Teste não-paramétrico de *Mann-Whitney* para estabelecer comparações entre as médias de cada grupo;
e) Análise de Regressão Linear Múltipla para o estudo de predição.

Resultados

1. Análise da resiliência

A utilização do CYRM 28 permitiu obter valores relativos à resiliência percebida pelos adolescentes. Além dos resultados obtidos para a amostra total (Quadro 2), encontram-se ainda representados os resultados obtidos em função do género (Quadro 3), idade (Quadro 4) e idade da primeira institucionalização (Quadro 5), de modo a perceber se existe variação na resiliência percebida pelos adolescentes.

Quadro 2
Média e desvio-padrão da resiliência na amostra total

	N=45	
	M	DP
Resiliência_CYRM 28	108.11	17.46

No que respeita à totalidade da amostra (Quadro 2), e fazendo uma análise meramente qualitativa reduzindo a média à escala de classificação dos itens – que varia entre 1 e 5 pontos -, verifica-se que a resiliência percebida está muito próxima de "É bastante verdade" (3.86), sugerindo que, em geral, os adolescentes se percepcionam como bastante resilientes.

Relativamente às análises em função do género (Quadro 3), e apesar de se observarem ligeiras diferenças nos resultados, o teste não paramétrico de Mann-Whitney demonstrou que estas não possuem qualquer significância estatística (p>.05). Quer isto dizer que não se observam diferenças significativas na percepção de resiliência entre os rapazes e as raparigas.

Quadro 3
Médias e desvios-padrão da resiliência em função do género e respetivas comparações

	Masculino (n=18)		**Feminino** (n=27)		**Mann-Whitney**	
	M	DP	M	DP	*z*	*p*
Resiliência_CYRM 28	105.78	19.51	109.67	16.14	-.487	.626

De modo a poder analisar a resiliência percebida em função da idade foram criados dois grupos etários – o Grupo 1, constituído por sujeitos dos 10 aos 14 anos, e o Grupo 2, com sujeitos dos 15 aos 20 anos –, o que permitiu comparar a resiliência percebida entre adolescentes numa fase mais inicial da adolescência e adolescentes um pouco mais velhos.

A comparação das médias entre grupos etários (Quadro 4), através do cálculo do teste não paramétrico de Mann-Whitney, não detectou quaisquer diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (p>.05). Conclui-se, assim, não existirem alterações na percepção de resiliência consoante o grupo etário em que os adolescentes se encontram.

Quadro 4
Médias e desvios-padrão da resiliência em função da idade e respetivas comparações

	Grupo 1: 10-14 (n=14)		**Grupo 2: 15-20** (n=31)		**Mann-Whitney**	
	M	DP	M	DP	*z*	*p*
Resiliência_CYRM 28	112.00	18.30	106.35	17.08	-1.39	.166

De igual forma, para se poder analisar a resiliência percebida em função da idade da primeira institucionalização, foram criados dois grupos: o Grupo 1, cuja idade da primeira institucionalização varia entre os 2 e os 10 anos, e o Grupo 2, no qual a idade varia dos 11 aos 17 anos.

Quadro 5
Médias e desvios-padrão da resiliência em função da idade da primeira institucionalização e respetivas comparações

	Grupo 1: 2-10 (n=24)		**Grupo 2: 11-17** (n=21)		**Mann-Whitney**	
	M	DP	M	DP	*z*	*p*
Resiliência_CYRM 28	113.21	15.62	102.29	17.98	-2.07	.038

As diferenças observadas entre os grupos (Quadro 5) assumem significância estatística quando comparadas através do teste não paramétrico de Mann-Whitney (p<.05), indicando que os adolescentes institucionalizados desde tenra idade têm uma maior percepção de resiliência.

2. Relações entre a resiliência e a vinculação aos pares, aos professores e aos funcionários da instituição

Para se poder averiguar a existência de correlações entre estas variáveis, procedeu-se ao cálculo do coeficiente de *Pearson* para a amostra total, e ao cálculo do coeficiente de *Spearman* para examinar as correlações em função do género, uma vez que quer a amostra do género masculino quer a do género feminino têm um N<30.

Quadro 6
Correlações entre a resiliência e a vinculação aos pares, professores e funcionários da instituição na amostra total (N=45) e por género (Masculino: N=18; Feminino: N=27)

	IPPA_Pares			**IPPA_Professores**			**QLPF_Funcionários**		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Resiliência_CYRM 28	.583**	.770**	.270	.438**	.491*	.393*	.613**	.686**	.533**
IPPA_Pares	-	-	-	.353*	.479*	.224	.555**	.535*	.392*
IPPA_Professores	-	-	-	-	-	-	.484**	.548*	.385*
QLPF_Funcionários	-	-	-	-	-	-	-	-	-

** p < 0.01; * p <0.05

Como demonstrado no Quadro 6, os dados revelam que, na amostra total, a resiliência se correlaciona fortemente[2] com a vinculação aos pares (r=.583; p<.01) e aos funcionários da instituição (r=.613; p<.01), e moderadamente com a vinculação aos professores (r=.438; p<.01). Relativamente às restantes dimensões, verifica-se que a vinculação aos pares apresenta uma correlação moderada com a vinculação aos professores (r=.353; p<.05), e uma correlação forte com a vinculação aos funcionários da instituição (r=.555; p<.01). Por sua vez,

[2] Para interpretar os valores das correlações obtidas foi considerada a classificação de Cohen (2008), com valor de 0 a indicar correlações nulas, valores entre 0.01 e 0.09 correlações muito fracas, valores entre 0.10 e 0.29 correlações fracas, valores entre 0.30 e 0.49 correlações moderadas, valores entre 0.50 e 0.89 correlações fortes, valores entre 0.90 e 0.99 correlações muito fortes, e valores iguais a 1.00 correlações perfeitas.

a vinculação aos professores e aos funcionários da instituição correlacionam-se moderadamente entre si (r=.484; p<.01).

No que respeita às análises em função do género, e no caso dos rapazes, verifica-se existir uma correlação forte entre a resiliência e a percepção de vinculação aos pares (rho=770; p<.01) e aos funcionários da instituição (rho=.686; p<.01), e moderada entre a resiliência e a vinculação aos professores (rho=.491; p<.05). Observa-se, ainda, uma correlação forte entre a percepção de vinculação aos pares e aos funcionários da instituição (rho=.535; p<.05), e entre a percepção de vinculação aos professores e aos funcionários da instituição (rho=.548; p<.05). Adicionalmente, verifica-se existir uma correlação moderada entre a percepção de vinculação aos pares e aos professores (rho=.479; p<.05).

Pelo contrário, nas raparigas observam-se algumas diferenças. A titulo de exemplo, a resiliência apenas se correlaciona de forma moderada com a percepção de vinculação aos professores (rho=.393; p<.05), e mais fortemente com a vinculação percebida aos funcionários da instituição (rho=.533; p<.01). Os resultados revelam ainda a existência de correlações moderadas entre a percepção vinculação aos pares e aos funcionários da instituição (rho=.392; p<.05), e entre a percepção de vinculação aos professores e aos funcionários da instituição (rho=.385; p<.05).

2.1. Efeito preditor da vinculação aos pares, professores e funcionários da instituição sobre a resiliência

Tendo-se verificado existir uma relação entre a resiliência e a percepção de vinculação aos pares, professores e funcionários da instituição, procedeu-se ao cálculo do efeito preditor destas três variáveis sobre a resiliência, no total e consoante o género. Realizou-se, assim, uma Regressão Linear Múltipla tomando como variáveis preditoras a percepção de vinculação aos pares, professores e funcionários da instituição e, como variável critério, a resiliência. O conjunto de resultados obtidos através desta análise encontram-se sumarizados nos Quadros 7 e 8.

Quadro 7
Sumário do modelo de Regressão Linear Múltipla para a variável critério na amostra total (N=45) e por género (Masculino: N=18; Feminino: N= 27)

		CYRM_28		
Preditoras		**Total**	**Masculino**	**Feminino**
Modelo Global	*R*	.691	.832	.667
	R^2	.478	.693	.445
	F	12.496	10.526	6.158
	p	.000	.001	.003

Os dados acima representados revelam que o modelo global composto pelas três variáveis da vinculação prediz significativamente a resiliência (p<.01), explicando 47.8% do seu valor na amostra total, 69.3% da resiliência nos rapazes, e 44.5% da resiliência demonstrada pelas raparigas.

No sentido de aprofundar a análise desta relação, procurou-se perceber quais os tipos de vinculação que melhor podem explicar a resiliência nestes adolescentes (Quadro 8).

Quadro 8
Coeficientes de Regressão Linear Múltipla para a Resiliência

		CYRM_28		
Preditoras		**Total**	**Masculino**	**Feminino**
IPPA_Pares	*β*	.332	.650	.158
	t	2.43	3.57	.813
	p	.019	.003	.425
IPPA_Professores	*β*	.148	-.187	.190
	t	1.14	-.907	1.11
	p	.262	.380	.278
QLPF_Funcionários da	*β*	.358	.453	.458
Instituição	*t*	2.45	2.36	2.20
	p	.019	.033	.038

Os resultados obtidos revelam que a percepção de vinculação aos pares (β=.332; p=.019) e aos funcionários da instituição (β=.358; p=.019) são, de entre todas as variáveis, as que melhor explicam a resiliência na amostra total. Também nos rapazes a percepção de vinculação aos pares (β=.650; p=.003) e aos funcionários da instituição (β=.453; p=.033) sobressaem como as variáveis que melhor explicam a resiliência nestes. Já nas raparigas, a única variável que parece explicar a resiliência é a percepção de vinculação aos funcionários da instituição (β=.458; p=.038).

Discussão e conclusões

A grande maioria dos estudos realizados com crianças e adolescentes institucionalizados parecem focar-se, sobretudo, nas trajetórias desenvolvimentais inadaptativas tomadas por estes. Assim, ao procurar analisar indicadores de resiliência nestes adolescentes, o presente estudo pretendeu contribuir para um campo de investigação ainda pouco explorado.

Para Fergus e Zimmerman (2005), a presença de fatores de risco e de proteção constitui uma componente chave da resiliência. Estes últimos têm, por sua vez, a capacidade de influenciar as trajetórias de vida dos sujeitos de várias formas, entre elas numa base protetora-estabilizadora, ou seja, quando um fator protetor ajuda a neutralizar as consequências do risco (Luthar, Cicchetti & Becker, 2000). Tendo por base estas asserções, e dada a importância das relações significativas na adolescência, a primeira hipótese deste estudo partiu do princípio de que quanto mais segura for a percepção de vinculação aos pares, aos professores e aos funcionários da instituição, maior será a capacidade de resiliência dos adolescentes institucionalizados. As relações significativas encontradas entre a resiliência e cada uma destas variáveis parecem confirmar esta hipótese, indo ao encontro dos resultados obtidos por estudos mais recentes neste campo (Mota & Matos, 2010; Mota & Matos, 2015). Na medida em que cada uma destas variáveis apresenta correlações significativas entre si, tal apenas vem reforçar a sua complementaridade na promoção do bem-estar entre estes adolescentes, bem como na diminuição da sua vulnerabilidade ao risco.

Não obstante, as análises em função do género fizeram sobressair algumas diferenças. Ainda que as correlações encontradas anteriormente se expressem de igual forma nos rapazes, nas raparigas não foram encontradas correlações significativas quer entre a resiliência e a vinculação percebida aos pares, quer entre esta última e a vinculação percebida aos professores. Não tendo sido encontrados estudos que fundamentem estes resultados podem, ainda assim, ser avançadas algumas hipóteses. Numa revisão da literatura acerca das diferenças entre géneros na relação com os pares, Rose e Rudolph (2006) citam um conjunto significativo de estudos indicando que as raparigas tendem a envolver-se mais nas relações interpessoais. Em virtude disso, demonstram também uma maior preocupação relativamente ao estado dos seus relacionamentos e à avaliação dos pares, o que gera não só maiores níveis de *stress*, como também maiores preocupações quanto à possibilidade de abandono, de solidão, e de perda. Ademais, as raparigas tendem a confiar menos no outro que os rapazes, devolvendo emocionalmente apenas os afetos recebidos (Derks, Lee & Krabbendam, 2014).

Podemos então concluir que, se normativamente as raparigas são mais orientadas para a relação com os outros e já possuem este nível de preocupação, a realidade de uma experiência (precoce) de vida marcada pela desconfiança (o que acontece entre as raparigas em estudo) tende a amplificá-la, o que pode ser indicativo de que, para elas, a relação com os pares não possui a segurança necessária para constituir um fator promotor de resiliência. Neste sentido, e apesar de a vinculação aos professores se revelar um preditor direto das relações estabelecidas com os pares em adolescentes institucionalizados (Mota & Matos, 2010), a insegurança percebida nestas relações pode também ser o motivo pelo qual a vinculação aos pares não se correlacionou, entre estas adolescentes, de forma significativa com a percepção de vinculação aos professores.

As correlações acima descritas deixam antever o valor preditivo da percepção de vinculação aos pares, aos professores e aos funcionários da instituição relativamente à resiliência. Com efeito, verifica-se que, em conjunto, estas variáveis predizem significativamente a capacidade de resiliência dos adolescentes acolhidos institucionalmente. Em particular, a percepção de vinculação aos pares e aos funcionários da instituição sobressaem como as variáveis que melhor explicam a resiliência nestes adolescentes. Confirma-se, assim, a segunda hipótese formulada para este estudo, na medida em que a qualidade da perceção dos comportamentos de vinculação aos pares parece associar-se particularmente ao desenvolvimento de uma boa capacidade de resiliência em adolescentes institucionalizados, sendo ainda secundada pela qualidade da vinculação percebida aos funcionários da instituição.

Como já havia sido adiantado no enquadramento teórico, sabe-se que, ao serem privados do ambiente familiar, é muitas vezes entre os pares que os adolescentes entregues ao cuidado institucional encontram o apoio e o conforto de que necessitam, pelo que estes podem assumir um valor muito próximo ao de uma família. O mesmo é válido para as relações estabelecidas com funcionários da instituição, cujo cuidado assume muitas vezes contornos similares aos da parentalidade. Por terem um papel tão central, não é de admirar que estas sejam as ligações que melhor parecem explicar a resiliência nestes adolescentes. Em linha com o que foi referido anteriormente quanto às vicissitudes da relação com os pares entre as raparigas, compreende-se que a única variável que parece explicar a resiliência entre as raparigas seja a percepção de vinculação aos funcionários da instituição.

Por fim, a última hipótese formulada para este estudo pressupôs que a capacidade de resiliência em adolescentes institucionalizados é passível de ser influenciada por variáveis como a idade, o género e a idade da primeira institucionalização. Apesar de não terem sido

encontradas diferenças significativas em função da idade e do género, o mesmo não aconteceu quando se comparou a idade da primeira institucionalização. As diferenças observadas sugerem que a idade da primeira institucionalização pesa significativamente sobre o desenvolvimento desta capacidade, na medida em que os adolescentes que se encontram institucionalizados desde tenra idade apresentam uma maior percepção de resiliência. Assim, e contrariamente ao que tem sido avançado em outros estudos (IJzendoorn, et al., 2011), estes resultados oferecem suporte para a noção de que o acolhimento institucional pode, também e em muitos aspetos, ser protetor de um desenvolvimento sadio e ajustado.

De um modo geral, os resultados deste estudo oferecem suporte para a importância de, desde o primeiro dia, se fomentar junto dos adolescentes acolhidos institucionalmente a construção de relações significativas com outras figuras (como pares, professores e funcionários da instituição) para além da família, na medida em que estas oferecem uma oportunidade única para a construção de uma base segura e de novos modelos internos sobre os quais estes podem sustentar o seu desenvolvimento psíquico. Neste sentido, a significância das relações encontradas neste estudo sugerem que as relações estabelecidas com os pares, com os professores e com os funcionários nas instituições podem impulsionar os adolescentes em direção a um futuro pautado por uma maior estabilidade, na medida em que contribuem quer para o desenvolvimento do seu processo resiliente, como para a promoção da auto-estima e sentimentos de valorização e aceitação (Mota & Matos, 2015).

Como principais limitações deste estudo destacam-se o reduzido número de participantes que, embora adequado à investigação, não deixa de colocar em causa uma possível generalização dos resultados; a inexistência de uma amostra comparativa que permita uma exploração mais aprofundada e discriminatória dos resultados; e o facto de faltar um item no questionário QLPF, comprometendo a validade dos dados obtidos com este instrumento. Do mesmo modo, a inexistência de outros estudos que tenham em conta as variáveis aqui definidas, e as possíveis relações entre elas, dificulta uma leitura mais fundamentada de alguns dos resultados obtidos, nomeadamente no que concerne às diferenças encontradas entre géneros. Ainda assim, esta mesma dificuldade abre caminho para futuras investigações que tenham como objetivo empírico explorar em maior detalhe a problemática da presente investigação. Algumas potencialidades incluem, por exemplo, o estudo da relação entre a resiliência e a perceção de vinculação aos pares numa amostra só de raparigas, comparando os resultados obtidos por raparigas que vivem numa instituição mista com aqueles das raparigas que vivem apenas numa instituição só de raparigas, na tentativa de perceber se o tipo de instituição em que se vive tem impacto sobre estas relações.

Outra possibilidade inclui um aprofundar do conhecimento que se tem sobre o tipo de laços que se estabelecem com os cuidadores institucionais, bem como o seu impacto na perspetiva e nas trajetórias de vida futura destes adolescentes.

Bibliografia

Ainsworth, M., Blehar, M., Waters, E. & Wall, S. (1978). *Patterns of attachment: a psychological study of the strange situation*. Hillsdale: Erlbaum.

Afifi, T.O. & Macmillan, H.L. (2011). Resilience following child maltreatment: A review of protective factors. *Canadian Journal of Psychiatry, 56 (5),* 266-272.

Alberto, I. (2002). "Como pássaros em gaiolas?" Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco. Em C. Machado & R. Abrunhosa Gonçalves, *Violência e Vítimas de Crimes: Vol. 2 – Crianças* (pp. 223-244). Coimbra: Quarteto.

Atwool, N. (2006). Attachment and resilience: implications for children in care. *Child Care in Practice, 12 (4),* 315-330.

Bakermans-Kranenburg, M. et al. (2011). Attachment and emotional development in institutional care: characteristics and catch-up. *Monographs of the Society for Research in Child Development, 76 (4),* 62-91.

Barter, C. (2003). Young people in residential care talk about peer violence. *Scottish Journal of Residential Child Care, 2 (2),* 39-50.

Barudy (1998). *El dolor invisible de la infância: Una lectura ecosistêmica del mau trato infantil*. Barcelona: Paidós.

Bolger, K.E., Patterson, C.J. & Kupersmidt, J.B. (1998). Peer relationships and self-esteem among children who have been maltreated. *Child Development, 69 (4),* 1171-1197.

Bonanno, G. A. (2004). Loss, trauma and human resilience: have we underestimated the human capacity to thrive after extremely adversive events? *American Psychologist, 50 (1),* 20-28.

Canha, J. (2002). A criança vítima de violência. Em C. Machado & R. Gonçalves (Eds.), *Violência e Vitimas de Crimes – Crianças* (Vol. 2, pp. 13-36). Coimbra: Quarteto.

Chapple, C.L., Tyler, K.A., & Bersani, B.E. (2005). Child neglect and adolescent violence: Examining the effects of self-control and peer rejection. *Violence and Victims, 20 (1),* 39-53.

Cicchetti, D. & Rogosh, F.A. (2007). Personality, adrenal streroid hormones, and resilience in maltreated children: A multilevel perspective. *Development and Psychopathology, 19,* 787-809.

Cicchetti, D. & Toth, S.L. (2005). Child maltreatment. *Annual Review of Clinical Psychology, 1,* 409-438.

Cyrulnik, B. (2003). *Resiliência: essa inaudita capacidade de construção humana*. Lisboa: Horizontes Pedagógicos.

Cohen, B. (2008). *Explaining psychological statistics*. New Jersey: Hoboken.

Connor, E., Collins, B. & Supplee, L. (2012). Behavior problems in late childhood: the roles of early maternal attachment and teacher-child relationship trajectories. *Attachment and Human Development, 14 (3),* 265-288.

Cugmas, Z. (2007). Gender diferences in relation between child's attachment to school teachers and his/her self-perception. *Studia Psychologica, 49,* 63-80.

Daniel, B. (2008). The concept of resilience: Messages for residential child care. Em Kendrick, A. (Ed.) *Residential Child Care: Prospects and Challenges* (pp. 61-75). London: Jessica Kingsley Publishers.

Davydov, D.M., Stewart, R., Ritchie K. & Chaudieu, I. (2010). Resilience and mental health. *Clinical Psychological Review, 30 (5),* 479-495.

Delgado, P. (2006). *Os direitos da Criança: da participação à responsabilidade. O sistema de proteção e educação das Crianças e Jovens.* Porto: Profedições.

Delgado, P. (2011). *O acolhimento familiar de crianças – uma perspetiva ecológica*. Porto: Profedições.

Demanet, J. & Van Houtte, M. (2012). School belonging and school misconduct: the differing role of teacher and peer attachment. *Journal of Youth and Adolescence, 41,* 499-514.

Derks, J., Lee, N. & Krabbendam, L. (2014). Adolescent trust and trustworthiness: role of gender and social value orientation. *Journal of Adolescence, 37,* 1379-1386

Emond, R. (2003). Putting the care into residential care: the role of young people. *Journal of Social Work, 3 (3),* 321-337.

Emond, R. (2014). Longing to belong: children in residential care and their experiences of peer relationships at school and in the children's home. *Child and Family Social Work, 19,* 194-202.

Fergus, S. & Zimmerman, M. (2005). Adolescent resilience: a framework for understanding healthy development in the face of risk. *Annual Review of Public Health, 26,* 399-419.

Gardner, T.W., Dishion, T.J. & Connel, A.M. (2008). Adolescent self-regulation as resilience: resistance to anti-social behavior within the deviant peer context. *Journal of Abnormal Child Psychology, 36,* 273-284.

Gilligan, R. (2000). Adversity, resilience and young people: the protective value of positive school and spare time experiences. *Children and Society, 14,* 37-47.

Gorrese, A. & Ruggieri, R. (2012). Peer attachment: A meta-analytic review of gender and age diferences and associations with parent attachment. *Journal of Youth and Adolescence, 41,* 650-672.

Gregory, A. & Ripsky, M. (2008). Adolescent trust in teachers: Implications for behavior in the high school classroom. *School Psychology Review, 37 (3),* 337-353.

Herrman, H., Stewart, D. E., Diaz-Granados, N., Berger, E.L., Jackson, B. & Yuen, T. (2011). What is Resilience?. *Canadian Journal of Psychiatry, 56 (5),* 258-265.

IJzendoorn, M. et al. (2011). Children in institutional care: delayed development and resilience. *Monographs for the Society for Research in Child Development, 76 (4),* 8-30.

Jackson, S. & Martin, P. (1998). Surviving the care system: education and resilience. *Journal of Adolescence, 21,* 569-583.

Jongenelen, I., Carvalho, M., Mendes, T. & Soares, I. (2009). Vinculação na adolescência. Em I. Soares (Coord.), *Relações de vinculação ao longo do desenvolvimento: Teoria e avaliação* (2ª ed.; pp. 99-120). Braga: Psiquilíbrios.

Kahan, B. (1994). *Growing up in groups*. London: HMSO.

Khanlou, N. & Wray, R. (2014). A whole comunity approach toward child and youth resilience promotion: a review of resilience literature. *International Journal of Mental Health Addiction, 12,* 64-79.

Lansford, J.E., Malone, P.S., Stevens, K.I., Dodge, K.A., Bates, J.E. & Pettit, G.S. (2006). Developmental trajectories of externalizing behaviors: Factors underlying resilience in physically abused children. *Development and Psychopathology, 18,* 35-55.

Laible, D.J., Carlo, G. & Raffaelli, M. (2000). The differential relations of parent and peer attachment to adolescent adjustment. *Journal of Youth and Adolescence, 29 (1),* 45-59.

Lowenthal, B. (2001). Teaching resilience to maltreated children. *Reclaiming Children and Youth, 10 (3),* 169-173.

Luthar, S., Cicchetti, D. & Becker, B. (2000). The construct of resilience: A critical evaluation and guidelines for future work. *Child Development, 71(3),* 543- 562.

Machado, T. S. & Figueiredo, T. (2010). Vinculação a pais, pares e professores – estudos com o IPPA-R para crianças do ensino básico. *Psychologica, 53,* 27-45.

MacLean, K. (2003). The impact of institucionalization on child development. *Development and Psychopathology, 3,* 853-884.

Magalhães, T. (2004). *Maus tratos em Crianças e Jovens (3ª ed)*. Coimbra: Quarteto Editora

Manso, J., García-Baamonde, M.E., Alonso, M.B. & Barona. E.G. (2011). An analysis on how children adapt to residential care. *Children and Youth Services Review, 33,* 1981-1988.

Martins, P. (2005). A qualidade dos serviços de proteção às crianças e jovens – as respostas institucionais. Intervenção realizada no VI Encontro Cidade Solidária: *Crianças em Risco: Será possível converter o risco em oportunidade?* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Martins, P. (2006). A qualidade dos serviços de protecção às crianças e jovens – As respostas institucionais. *Infância e Juventude, 2,* 103-115.

Mitchell-Copeland, J., Denham, S. & DeMulder, E. (1997). Q-Sort assessment of child-teacher attachment relationships and social competence in the preschool. *Early Education and Development, 8 (1),* 27-39.

Mota, C. e Matos, P. (2008). Adolescência e institucionalização numa perspectiva de vinculação. *Psicologia &* Sociedade, 20 (3), 367-377.

Mota, C.P. & Matos, P.M. (2010). Adolescentes institucionalizados: o papel das figuras significativas na predição da assertividade, empatia e autocontrolo. *Análise Psicológica, 2 (28),* 245-254.

Mota, C.P. & Matos, P.M. (2015). Adolescents in institutional care: Significant adults, resilience and well-being. *Child Youth Care Forum, 44,* 209-224.

Mueller, E. & Silverman, N. (1989). Peer relations in maltreated children. In D. Cicchetti & V. Carlson, *Child Maltreatment: Theory and research on the causes and consequences of child abuse and neglect* (pp. 529-578). New York: Cambridge University Press.

Nobre-Lima, L. (2009). *Estórias e projetos de vida de adolescentes institucionalizados*. Universidade de Coimbra: Tese de Doutoramento.

Pereira, M., Soares, I., Dias, P., Silva, J., Marques, S. & Baptista, J. (2010). Desenvolvimento, psicopatologia e apego: Estudo exploratório com crianças institucionalizadas e suas cuidadoras. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 23 (2),* 222-231.

Pestana, M. & Gageiro, J. (2008). *Análise de dados para ciências sociais: A complementaridade do SPSS* (5ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.

Planella, J. (1997). A violência como forma de comunicação nas crianças e adolescentes em situação de risco social. *Infância e Juventude, 4,* 85-100.

Ramião, T. (2010). *Lei de proteção de crianças e jovens em perigo*. Lisboa: Quid Juris-Sociedade.

Rose, A. & Rudolph, K. (2006). A review of sexual differences in peer relationship processes: potential trade-offs for the emotional and behavioral development of girls and boys. *Psychological Bulletin, 132 (1),* 98-131

Ryan, R. M., Stiller, J. D. & Lynch, J. (1994). Representations of relationships to teachers, parents, and friends as predictors of academic motivation and self-esteem. *Journal of Early Adolescence, 14 (2),* 226-249.

Sani, A. (2013). Intervenção terapêutica com crianças expostas à violência interparental: Avaliar, priorizar e intervir. Em S. Neves (org), *Intervenção Psicológica e Social com Vítimas* – Vol. 1 (pp. 141-162). Coimbra: Editora Almedina.

Santos, A. (2013). *Relações de vinculação dos jovens institucionalizados com os cuidadores formais*. Instituto Superior Miguel Torga: Tese de Mestrado.

Shaw, J., & Frost, N. (2013). *Young People and the Care Experience*: *Research, policy and practice.* New York: Routhledge.

Soares, I., Silva, J., Marques, S., Baptista, J. & Oliveira, A. (2010). Uma perspectiva desenvolvimental sobre o impacto da institucionalização e da adopção em crianças. Em C. Machado (Coord.), *Vitimologia: Das novas abordagens teóricas às novas práticas de intervenção* (pp. 45-80). Braga: Psiquilíbrios.

Stokholm, A. (2009). Forming identities in residential care for children: Manoeuvring between social work and peer groups. *Childhood 16 (4),* 553-570.

Strecht, P. (1998). *Crescer vazio: Repercussões psíquicas do abandono, negligência e maus-tratos em crianças e adolescentes*. Lisboa: Assírio & Alvin

Verschueren, K., Doumen, S. & Buyse, E. (2012). Relationships with mother, teacher, and peers: unique and joint effects on young children's self-concept. *Attachment and Human Development, 14 (3),* 233-248.

Wentzel, K. (2002). Are effective teachers like good parents? Teaching styles and student adjustment in early adolescence. *Child Development, 73 (1),* 287-301.

Wilkinson, R.B. (2004). The role of parental and peer attachment in the psychological health and self-esteem of adolescents. *Journal of Youth and Adolescence, 33 (6),* 479-493.

Zimmer-Gembeck, M. J., & Locke, E. M. (2007). The socialization of adolescent coping: Relationships at home and school. *Journal of Adolescence, 30,* 1-16.